

Ensino médio, educação profissional e desigualdades socioespaciais no estado de São Paulo

Marta Wolak Grosbaum*

Ana Maria Falsarella**

*(Ideias Educação e
Cultura, São Paulo, SP)

**(Universidade de Araraquara,
Araraquara, SP)

Resumo: Este artigo apresenta uma síntese dos achados relativos ao estado de São Paulo da pesquisa “Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados”. O texto é pautado pela seguinte problemática: há escolas de ensino médio que, apesar de localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social e econômica, alcançam bons resultados? A pesquisa constatou fatores que contribuem para o bom aproveitamento dos alunos nas escolas investigadas, como: o bom relacionamento dos gestores com a equipe escolar e com os alunos; o trabalho em equipe; os espaços para o protagonismo juvenil na escola; a estabilidade da equipe escolar; e o apoio da equipe da Diretoria de Ensino.

Palavras-chave: Ensino médio. Políticas educacionais. São Paulo.

APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta uma síntese dos dados referentes ao estado de São Paulo coletados na pesquisa “Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados” – iniciativa do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal realizada ao longo do ano de 2015¹.

O ESTADO DE SÃO PAULO

Localizado na Região Sudeste do país, o estado de São Paulo comporta 645 municípios. Dos 27 estados federativos, é o mais populoso, concentrando 22% da população brasileira: cerca de 44 milhões de habitantes, que ocupam 248.209,4 km² de área. A região metropolitana de São Paulo tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 16 áreas pesquisadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Seu índice é 0,794 em uma escala de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o município de São Paulo, capital do estado, é o mais rico do Brasil; em 2013 seu Produto Interno Bruto (PIB) representou 35% do PIB estadual e 11% do PIB nacional, com R\$ 570,706 bilhões. Mesmo com esse quadro é possível encontrar ainda territórios de alta vulnerabilidade social e econômica.

O estado de São Paulo possui quatro regiões metropolitanas; a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – a Grande São Paulo –, é formada pela capital e mais 39 municípios circunvizinhos. Conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (Seade/IPVS, 2010, p. 10), o grupo de baixíssima vulnerabilidade é representado por 12,1% da população e o grupo de alta vulnerabilidade abarca 16,6% da população.

Essa região é um tradicional polo de atração de imigrantes e migrantes, apresentando uma população heterogênea nas perspectivas étnica, social e econômica. A população mais pobre, concentrada nas periferias, passa por dificuldades de todos os tipos – desde infraestrutura urbana precária até situações de desemprego, subemprego, serviços temporários ou dependência de bolsas doadas pelo poder público. Nessas localidades, na

¹ Contribuíram com a realização da pesquisa em campo no estado de São Paulo: Aline S. Coura, Érica H. Machado, Greta M. Souza, Miriam O. A. Sobral e Vanda Noventa Fonseca.

maioria das vezes, a escola tem uma importante influência no território, pois pode representar um dos poucos equipamentos públicos disponíveis para a população.

É nos territórios de alta vulnerabilidade que o grupo de pesquisa buscou conhecer escolas de ensino médio do sistema estadual que se destacam de outras que têm condições semelhantes.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A política educacional paulista é explicitada no documento A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP): por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno (2011). No documento, há a afirmação de que, em sucessivas gestões, a Secretaria da Educação do Estado tem tido a preocupação de dar continuidade à política educacional, constituída pelo Programa Educação – Compromisso de São Paulo, e às atividades e programas voltados à melhoria da qualidade da educação pública. Tal política tem como pilares:

- Consolidação dos currículos para todos os níveis de ensino;
- Estruturação do atendimento a estudantes em tempo integral;
- Oferta de educação profissional a alunos do Ensino Médio pela articulação das dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia;
- Reestruturação administrativa da Pasta;
- Remodelação da carreira e da política salarial do magistério, com adoção de um programa de valorização do professor baseado em avaliações do seu desempenho (SÃO PAULO, 2011, p. 12-13).

A reestruturação administrativa da Secretaria da Educação – um dos cinco pilares – é considerada medida indispensável à sustentação das iniciativas e aos avanços ainda necessários para a melhoria do ensino público no estado de São Paulo.

Gestão para resultados com foco no aluno é a premissa básica do modelo adotado, que permeia todos os níveis, unidades de estrutura e relacionamento com outras entidades. De acordo com depoimentos de técnicos da Secretaria de Educação, a política é “atender a todos” e se concretiza por meio do Programa São Paulo Faz Escola, que “é a política e o currículo”.

O Programa Educação – Compromisso de São Paulo estabelece estratégias para implantar projetos e programas da SEE-SP e tem como pontos de honra:

- Posicionar a rede estadual de ensino entre os 25 sistemas de educação com melhor avaliação do mundo, até 2030;
- Tornar a carreira do magistério uma das mais procuradas pelos jovens (SÃO PAULO, 2011, p. 11).

O ano de 2015 foi especialmente problemático para o Sistema Estadual de Educação, com greve de professores, movimento de alunos contra a reorganização das escolas e demissão do secretário de Educação, impondo dificuldades para o alcance desses objetivos.

A “Proposta Curricular do Estado de São Paulo – Ensino Fundamental Ciclo II e para o Ensino Médio” foi elaborada entre 2008 e 2010², respondendo à proposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) para estados e municípios. Buscava, segundo documento oficial de apresentação da Proposta, definir uma base comum unificada de conhecimentos e competências que contribuiria para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

Em 2011 foi criado o Programa São Paulo Faz Escola para implementação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo para o ensino fundamental II (6o ao 9o ano) e para o ensino médio, constituído por documentos que orientam o trabalho do professor em sala de aula. Tem como focos: currículo, aprendizagem e formação dos educadores. A implementação do Programa São Paulo Faz Escola é feita pelas Diretorias de Ensino (DE), considerada por um técnico da SEE “os olhos da Secretaria da Educação na ponta”. Os técnicos da Secretaria acreditam que o material curricular estimula o trabalho dos professores e o protagonismo dos alunos.

O material de apoio para o desenvolvimento do currículo consiste em Cadernos para Professores e Cadernos para Alunos, além de Cadernos de Orientação aos Gestores. Os livros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são usados como complemento. Os Cadernos do Professor, conjunto de documentos dirigido aos docentes para orientar os discentes na utilização dos Cadernos do Aluno, são organizados por bimestre, por disciplina e por série. Ao seguir a orientação das matrizes curriculares, o professor pode substituir ou complementar a metodologia proposta no Programa Curricular, mas deve seguir a sequência prevista de desenvolvimento das habilidades.

² Matéria licenciada exclusivamente à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para uso no site do programa “São Paulo Faz Escola”, vedada reprodução parcial e/ou integral. Disponível em: <http://www.rizomas.net/images/stories/artigos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

Um documento com orientações para a gestão do currículo na escola integra a Proposta Curricular e se destina aos dirigentes das DE e aos gestores das unidades escolares.

O Programa Ensino Integral (PEI) foi implantado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo em 2012, visando um salto de qualidade da educação de jovens e adolescentes. Na concepção do Programa, a ampliação da jornada escolar é uma estratégia fundamental, pois permite atender melhor os alunos em suas diferentes expectativas e dificuldades e ampliar as condições para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta de diferentes abordagens pedagógicas. A jornada maior é aplicada também para o aprimoramento da formação dos profissionais, para o desenvolvimento de projetos de avaliação e recuperação da aprendizagem dos alunos.

A ampliação da jornada de trabalho implica regime de dedicação plena e integral na unidade escolar para todos os professores e demais educadores. Os professores do PEI recebem 75% a mais do que outros professores da rede, que trabalham em regime parcial.

Não apenas o desenho curricular dessas escolas é diferenciado (resguardada a parte comum a todas as escolas), como também o modelo pedagógico e de gestão escolar, como instrumentos de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades de toda a comunidade escolar.

O regime prevê autoavaliação das equipes escolares visando subsidiar os processos de formação continuada destas e decidir sobre a permanência no Programa de cada um dos membros. É a chamada avaliação 360o³.

Os Cadernos de Procedimentos apresentam passo a passo, em detalhes, a orientação para a gestão do PEI. Nesse modelo pedagógico a escola tem currículo integralizado e diversificado, com matriz curricular flexível, e as aulas e atividades complementares desenvolvidas com a participação e a presença contínua dos estudantes, professores e equipe gestora em todos os espaços e tempos da escola.

O protagonismo juvenil é um dos princípios educativos que sustenta o modelo. O Projeto de Vida é considerado simultaneamente o foco para onde

³ A avaliação 360o é um método de avaliação de desempenho muito utilizado em empresas (PERIARD, 2012). Nela cada componente da equipe recebe feedbacks simultâneos de diversas fontes ao seu redor (daí o nome 360o): seus pares, seus superiores e subordinados. É considerada também a avaliação que o próprio funcionário faz de si mesmo.

devem convergir todas as ações da escola e a metodologia que apoiará cada estudante na construção de seu projeto de vida; disciplinas eletivas são estratégia para ampliação do universo cultural do estudante (orientação de estudos, projeto de vida, preparação para o trabalho, preparação acadêmica).

A escola faz um acompanhamento individual de cada aluno, que tem um professor-tutor responsável para ajudá-lo a melhorar os aspectos necessários. Os tutores são nomeados após reuniões pedagógicas nas quais o desempenho dos alunos é avaliado por meio de planilhas individuais.

Em 2015 havia 267 escolas (de um total de aproximadamente 4.000) vinculadas ao PEI em funcionamento. Trata-se de escolas de excelência, cujo acesso é restrito essencialmente devido a duas razões: primeiro, por conta de seu alto custo; e segundo, por atender apenas estudantes e famílias que não dependem do trabalho dos jovens para complementar a renda mensal familiar.

O Programa de Jornada Ampliada para as escolas foi criado em 2006 e oferecido para adesão de escolas situadas em regiões de baixo IDH e nas periferias urbanas. Prevê espaço físico que permita atender os alunos em tempo integral e a contratação de oficinairos para trabalhar com os alunos no contraturno, em atividades esportivas e culturais. Chegou a ser implantado em 236 escolas, mas não tem sido expandido nos últimos anos.

A formação continuada dos profissionais da educação é planejada pela Escola de Formação de Professores (Efp) e é feita principalmente a distância, com a utilização de recursos tecnológicos como videoconferências, devido à existência de Diretorias de Ensino muito distantes da capital. É, segundo técnico da SEE entrevistado, um “trabalho em cascata”, que conta com os representantes de todas as disciplinas curriculares das DE. A Secretaria forma a equipe da Diretoria de Ensino – o Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) e o supervisor – e a Diretoria fica responsável pela formação dos professores e gestores por meio do Núcleo Pedagógico. Na escola, a formação continuada acontece nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) com temas que atendam à necessidade da unidade, definidos em reuniões de planejamento.

A adoção de um programa de valorização do professor (política de bônus ou premiação), baseado em avaliações do seu desempenho em função dos resultados do desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), é considerada uma forma

de julgar o trabalho dos profissionais sem ponderar outras dimensões que interferem no desempenho. Interpreta-se que é uma política que não atende satisfatoriamente o trabalho da escola como um todo e considera índices e fatores que pressionam a escola a focar nas provas de múltipla escolha.

Para combater a violência escolar, duas medidas relacionadas foram tomadas: a criação da figura do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC), em 2010, do Sistema de Proteção Escolar e do Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares (ROE). Todas as “ocorrências” são registradas em boletim próprio e arquivadas em sistema informatizado centralizado na própria Secretaria de Educação. O lugar ocupado pelo PMEC na equipe escolar é ambíguo, pois não faz parte nem da equipe gestora, nem da equipe docente, e não tem autonomia porque é ao diretor que cabe a responsabilidade pelo ROE.

Vale destacar que, de modo geral, os professores expressam preocupação e desconfiança em relação à descontinuidade das políticas educacionais em função das mudanças de governo. Um dos professores entrevistados afirmou que “cada governo lança uma nova política e não tem opção, você tem que seguir” e “a política deveria ser desvinculada dos partidos”.

O ENSINO MÉDIO EM SÃO PAULO

A Secretaria de Educação do Estado oferece as seguintes possibilidades para o aluno cursar o ensino médio:

- Ensino médio regular;
- Programa de Ensino Integral (PEI);
- Programa Vence.

O ensino médio regular concentra a grande parcela de escolas e alunos da rede. Todas as modalidades desenvolvem basicamente o mesmo currículo, embora nas escolas vinculadas ao PEI este seja complementado com outras disciplinas eletivas. Ainda há escolas remanescentes de outra modalidade de ensino de tempo integral: as Escolas de Tempo Integral (ETIs), que oferecem ensino médio regular em um turno e oficinas no contraturno, mas esse tipo de escola em período integral está sendo desativado.

A Secretaria estimula a profissionalização dos alunos em instituições parceiras. O acesso de alunos da modalidade regular e da EJA a cursos profissionalizantes se dá por meio do Programa Vence, no qual o aluno pode cursar o ensino médio regular em uma escola estadual e, em outro turno,

fazer um curso técnico-profissional em escola técnica estadual, federal ou em instituições privadas conveniadas. Outra possibilidade para o estudante interessado em curso técnico é fazê-lo após completar o ensino médio regular. Nesse caso, ele também tem o curso subsidiado pelo Programa Vence.

De acordo com técnicos da SEE-SP, para os alunos que concluem os cursos profissionalizantes, os resultados positivos são o amadurecimento e a possibilidade de inserção no mercado do trabalho. Entretanto, segundo os mesmos técnicos, o custo é alto e o número de estudantes beneficiados é pequeno. Seria necessário melhorar a oferta, adequar a localização dos cursos e rever alguns aspectos da gestão, do acompanhamento e da supervisão.

O estado de São Paulo mantém escolas de ensino técnico-profissionalizante – as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) – que não são vinculadas à Secretaria de Educação, mas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, ligado, por sua vez, à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Trabalho e Inovação (SDECTI).

O Quadro 1 sintetiza informações sobre a organização do ensino médio oficial do estado de São Paulo.

Quadro 1 - Organização do ensino médio oficial no estado de São Paulo

	EM Regular (3.806 escolas)	Escolas de meio período (diurno ou noturno), com as disciplinas regulares do currículo.	
	Vinculação: SEE-SP	EM de Tempo Integral (267 escolas)	ETI (Escola de Tempo Integral)
PEI (Programa de Ensino Integral)			Trata-se de escolas que funcionam em período integral com as mesmas disciplinas do EM Regular, acrescidas de horas-aula de outras disciplinas (não profissionalizantes).
EJA-EM (em 1.600 escolas)		A Educação de Jovens e Adultos, no EM, é desenvolvida em três módulos semestrais.	
		Ceeja – trata-se de modalidade de ensino médio cujo diferencial é a flexibilidade de horário no atendimento aos alunos. O aluno faz duas matrículas e cursa duas escolas: uma de EM regular e outra profissionalizante no contraturno, na instituição conveniada.	
	Programa Vence (EM concomitante ou subsequente)	O Programa Vence possibilita o EM concomitante a cursos profissionalizantes, desenvolvidos em convênio da SEE com o Centro Paula Souza (CPS) ou outras instituições (federais ou privadas).	
Vinculação: SDECTI	EM Técnico-profissionalizante	A Etec (Escola Técnica Estadual) é administrada pelo Centro Paula Souza (CPS), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), portanto não vinculada à SEE.	

Fonte: Elaborado pela equipe com base em informações coletadas na Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (Cima) e na Coordenadoria de Orçamento e Finanças (Cofi) da SEE-SP (15/07/2015), citada como fonte: Censo, Data base: 2012-2014.

O Quadro 2 apresenta o total de alunos do ensino médio matriculados em escolas do Sistema Estadual de Educação e sua distribuição entre os turnos diurno e noturno.

Quadro 2 - São Paulo/Sistema Estadual de Educação: distribuição dos alunos de ensino médio por turno

	Total geral de alunos matriculados em escolas estaduais	Total de alunos matriculados no ensino médio em escolas estaduais	Total de alunos de ensino médio matriculados em escolas do Sistema Estadual de SP: diurno	Total de alunos de ensino médio matriculados em escolas do Sistema Estadual de SP: noturno
SEE-SP	3.775.718	1.683.464	928.939	679.574

Fonte: Cima (2015).

Tomando como componentes do desempenho escolar as taxas de reprovação, abandono/evasão e distorção idade-série, podemos observar no Quadro 3 que os estudantes do ensino noturno têm pior desempenho que os do diurno, com acentuadas diferenças de perfis. A distorção idade-série e a evasão e/ou abandono são maiores, o que expõe graves lacunas no atendimento escolar aos jovens trabalhadores, que só podem estudar à noite.

Quadro 3 – SEE-SP/Ensino médio: reprovação, abandono/evasão, distorção idade-série

Ano	Reprovação		Abandono/Evasão		Distorção Idade-Série	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
2012	127.213	108.257	38.038	70.714	116.295	190.775
2013	124.156	92.612	41.419	64.739	119.380	169.468
2014	121.306	82.889	40.554	52.854	124.026	155.136

Fonte: Cima (2015).

Em 2015 atuavam no ensino médio 47.066 professores, dos quais 29.044 são efetivos e 2.919 não são habilitados para o magistério (advogados, engenheiros, entre outros). Do total de escolas de ensino médio (3.806), 2.865 têm diretores efetivos, condição só possível se concursados.

Caracterização da amostra – municípios e escolas

Segue caracterização dos municípios que tiveram escolas participantes da pesquisa.

a) Grande Porte: Região Metropolitana de São Paulo

Município A1, do qual foi tomado um distrito. Apesar de distante e periférico, o distrito apresenta um IDH elevado (0,808); recebeu grande migração, principalmente de nordestinos. É importante centro comercial e industrial, uma das regiões mais populosas da cidade. Nele fica a Escola 1, de tempo integral, que funciona há 30 anos, atendendo o ensino médio integral desde 2012. Em 2015 estavam matriculados 524 alunos, e o quadro de docentes era formado por 15 professores efetivos e dez temporários.

Município A2. É um município totalmente urbano, com vocação econômica industrial. Cerca de 47,7% da população mora em áreas de assentamento irregular e é um dos municípios paulistas com maior incidência de pobreza do estado. Nele fica a Escola 2, de ensino médio regular. A escola é pequena, tem apenas 16 salas de aula, 44 professores e atendia, em 2015, 465 alunos, nos turnos manhã, tarde e noite.

Município A3. Grande polo da indústria metalúrgica, em especial da automotiva, o Município A3 é totalmente urbano. Nele fica a Escola 3, de tempo integral. À época da pesquisa, a escola utilizava apenas nove salas para o ensino médio integral, das 15 disponíveis, e funcionava das 8h às 17h30. Estavam matriculados na escola, em 2015, 347 alunos. Em 2015 a unidade escolar contava com 19 professores, sendo 15 efetivos e quatro temporários.

b) Médio porte

Município B. Considerado estância turística, destaca-se pela produção de verduras, em especial de produtos orgânicos. Cerca de 75% de sua população vive na zona rural. Nele ficam a Escola 4, situada na zona urbana, e a Escola 5, localizada na zona rural – ambas ofertam o ensino médio regular. A Escola 4 funciona nos turnos matutino e vespertino. Atendia, em 2015, as modalidades de ensino fundamental (6^o ao 9^a ano), com 424 alunos, e ensino médio, com 290 alunos. O corpo docente da escola era composto por 22 professores efetivos, sendo que nove estavam atuando como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – PCNPs e 11 como temporários. A Escola 5 também possui dois turnos de atendimento. Existe há 28 anos em prédio próprio. Ao todo, a escola dispõe de dez salas de aula, todas em uso. Em 2015 atendia 228

alunos no ensino médio e 334 no ensino fundamental II. São 24 professores efetivos e oito temporários.

c) Pequeno porte (com alto índice de ruralidade)

Município C. Suas paisagens, relevo montanhoso, com nascentes, cachoeiras e represas, levaram o Município C a desenvolver atividades voltadas ao turismo ecológico. A maior parte da população é rural e dedica-se à agropecuária. Nele fica a Escola 6, de ensino médio regular. Localizada na zona urbana, atendia, em 2015, alunos do ensino fundamental (305), ensino médio (362) e educação de jovens e adultos (182), nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Ao todo, a escola possuía 63 docentes, sendo 29 efetivos e 34 temporários.

Os territórios onde o trabalho de campo foi realizado, especialmente naqueles em que se situam as escolas pesquisadas, revelaram, em diferentes dimensões, fragilidades quanto à infraestrutura e vulnerabilidade socioeconômica e, em alguns casos, altos índices de criminalidade e drogadição. A empregabilidade é baixa e o trabalho assistencial é limitado. Além do mais, a oferta de oportunidades de desenvolvimento pessoal, cultural e de inserção no mercado de trabalho é muito restrita, especialmente para os jovens.

Diretorias de Ensino

Em número de 91, as DE são extensões operacionais da SEE-SP nas diversas regiões do estado. Sua estrutura foi pensada de modo a que exerçam papel proativo na gestão do ensino dentro de sua área de abrangência. Cada DE abarca número variável de municípios e/ou distritos. A distribuição de escolas entre as diretorias é desigual, dependendo da densidade populacional de cada região.

A DE conta com uma Equipe de Supervisores e um Núcleo Pedagógico que reúne especialistas de todas as disciplinas do currículo e que dá orientação técnica – centralizada e descentralizada, por componente curricular – aos professores. Os especialistas trabalham com grupos de professores, fazem observação de aula e, quando necessário, orientação individualizada. A Diretoria conta ainda com assessoria para questões de infraestrutura, informações escolares e recursos humanos.

Os dirigentes entrevistados revelaram-se envolvidos com o trabalho sob sua responsabilidade e deram a perceber que existe um espaço de comunicação e diálogo aberto entre a DE e as escolas. Segundo um deles, implantar a política

vigente significa “garantir a implementação do currículo nas escolas”. Como destaca uma das dirigentes, “fazemos acompanhamento ativo e acirrado”.

De modo geral, os dirigentes afirmaram que, na maior parte das escolas vinculadas às Diretorias de Ensino, existem conflitos de geração entre professores e alunos, a relação professor-aluno é difícil e delicada, os professores formados em bases tradicionais não entendem os alunos de hoje e muitos problemas existem por falta de diálogo.

Em algumas regiões visitadas existe um trabalho conjunto no enfrentamento das questões relacionadas aos jovens, entre a Secretaria Municipal de Saúde, a DE, as secretarias de outros municípios próximos, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Câmara Municipal, a Segurança Pública, igrejas e outras associações. Há casos de parcerias com o governo federal; em outras, não há integração alguma.

Escolas

As seis escolas visitadas são pequenas, do ponto de vista do número de jovens atendidos, o que permite que a equipe escolar conheça pessoal e nominalmente todos os alunos. A demanda é toda atendida e a evasão está controlada, mas a infrequência é um problema, sobretudo em algumas escolas. Os espaços e a infraestrutura das escolas não são sempre ideais para a implementação das políticas e projetos, o que algumas encaram como obstáculos, enquanto outras como desafios a superar. Em uma das escolas de período integral há muito espaço ocioso, o que comportaria ampliação do atendimento se houvesse demanda.

As entrevistas realizadas nas Diretorias de Ensino e nas escolas revelam que essas duas instituições trabalham sob muita pressão e são alvo de estreito controle por parte de diferentes órgãos da Secretaria da Educação. Ainda assim, as escolas pesquisadas preservam características peculiares de trabalho que lhes conferem identidade própria, sendo capazes de focalizar suas ações em torno da função social delas esperada pela população que as procura. Configuram-se, assim, como espaços protegidos no âmbito de seus territórios.

De maneira geral, os prédios das escolas parecem bem conservados, são limpos e bem cuidados, têm plantas ornamentais, murais de avisos e informações, e trabalhos de alunos expostos, o que provoca sensação de aconchego e bem-estar. No entanto, há uma grande disparidade quanto às acomodações e ambientes. As escolas vinculadas ao Programa de Ensino

Integral (PEI) têm salas ambientes⁴ e são bem equipadas. Em contrapartida, as escolas de ensino médio regular (meio período) não contam com tantos recursos. A escola rural, em especial, carece de salas específicas para o diretor, os professores e outros espaços básicos.

O clima nas escolas é sempre amistoso e respeitoso, com grande integração entre a equipe gestora, os professores, os funcionários e os alunos. Dentro de cada escola há um discurso alinhado em favor do atendimento e da aprendizagem dos alunos. As equipes escolares demonstram grande envolvimento e compromisso com o seu trabalho e têm um histórico de estabilidade nas respectivas unidades escolares.

Todos os entrevistados enfatizaram que a boa relação entre professores e alunos é fator fundamental à boa aprendizagem. “Eu tenho aluno que fala que esta é a primeira escola que ele frequenta em que o professor fala bom dia quando entra na classe”, diz uma professora. Salienta, entretanto, que “manter uma boa relação não significa passar a mão na cabeça”. Os professores entendem que é preciso cobrar, exigir dos alunos trabalhos de qualidade e que isso é uma demonstração do interesse que têm por eles.

No que tange à clientela atendida, há grande variação. Em escolas mais afastadas, que atendem um ou poucos bairros, o grupo de alunos é muito homogêneo. Em outras, a clientela é heterogênea, vinda de diferentes localidades. Alguns alunos vivem em espaços mais isolados e restritos e percorrem grandes distâncias para chegar à escola.

A demanda parece ser toda atendida e a evasão também parece estar controlada, mas a infrequência é um problema, sobretudo em algumas escolas. “Muitas famílias não fixam residência; vão se mudando atrás de trabalho e os filhos vão junto”, afirmou um professor. Entretanto, surpreendeu o depoimento de um aluno que disse: “A minha família mudou-se para longe daqui; eu experimentei outra escola, perto da minha nova casa, mas não é igual a essa. Voltei, apesar de enfrentar uma hora e meia de condução diariamente, para chegar aqui”.

Os alunos normalmente são vistos pela escola como “carentes”, até de afeto, segundo uma professora, e muito ligados a suas origens e limitações do espaço onde vivem. No entanto, em uma das escolas, a fala de um aluno tornou patente que este é um discurso inconsistente e contraditório ao que pensam os alunos. A maioria deles tem celular e um aluno chegou a comentar:

⁴ Salas equipadas para determinados tipos de trabalho (laboratório, sala de informática, etc.).

“Nós usamos smartphone, temos o mundo nas mãos, nós sabemos mais coisas que o professor”.

A pesquisa constatou que uso da tecnologia encontra na escola a possibilidade de desenvolver e de envolver mais os jovens na aprendizagem; é possível utilizar o tempo e as ferramentas de forma positiva, mas nem sempre isso acontece.

Os jovens consideram a escola como um importante espaço de socialização e, para os alunos que vivem mais isolados, como os da zona rural, por exemplo, a convivência escolar tem importância especial.

Ao ensino médio é atribuída pela escola a finalidade de preparar os jovens para o mundo do trabalho e, principalmente, para ingressar na universidade. Ainda parece vigorar uma concepção propedêutica do ensino médio.

O currículo é posto pelo estado e efetivado pela escola; é considerado bom pelos dirigentes regionais, mas é recebido com certa resistência pelos professores, por ser muito diretivo, impositivo e por não atender às peculiaridades de cada região e de cada escola. Como diz uma professora de escola que atende alunos da zona rural: “O currículo foi feito para o estado de São Paulo, mas existem ‘muitas’ São Paulo. [...] Nossos alunos não precisam ver pastos, eles precisam ir ao Museu da Língua Portuguesa [...]”.

O que algumas escolas encaram como obstáculos, outras encaram como desafios. Há professores que reclamam ter que complementar o currículo porque as atividades curriculares propostas no material do São Paulo Faz Escola são insuficientes. Também há professores que reclamam que as atividades são muitas e que eles não dão conta de trabalhar tudo.

As decisões, na escola, estão mais no campo das práticas pedagógicas. Este é o espaço de atuação do Professor Coordenador Pedagógico (PCP), mas todos demonstram que sua constante e principal preocupação é “treinar os alunos para as provas externas”.

Nas escolas regulares, os professores se queixam da baixa frequência de visitas dos PCNP das equipes da DE; estes, por sua vez, reclamam de dificuldades de transporte, das longas distâncias a percorrer e do número excessivo de escolas para atender. Ademais, alguns professores questionam a formação e a competência dos PCNP para os orientarem, pois eles próprios são especialistas.

O Programa de Ensino Integral oferece condições especiais de trabalho e estudo para professores e alunos. As escolas recebem mais verbas e equipamentos; os professores trabalham em melhores condições, são selecionados, têm dedicação exclusiva e recebem salário maior. No entanto, as escolas de ensino integral são poucas e não há previsão de ampliação. Diz um professor: “Os políticos se preocupam mais com a divulgação da política a ser desenvolvida e deixam a desejar no atendimento às necessidades das escolas regulares”. E outro completa: “Essa política diferenciada é discriminatória: uma escola de sucesso, para aqueles que são preparados para o sucesso, sem perspectiva de universalização”.

A oferta de educação profissional a alunos do ensino médio por meio do Programa Vence (que estabelece convênios com outras entidades) tem alto custo, altas taxas de abandono e pequeno número de estudantes beneficiados. Ademais, dirigentes e professores afirmam que só o ensino médio não garante emprego.

Sobre a avaliação da aprendizagem do aluno (acompanhamento por meio de observação, tarefas, provas, etc.), pouco se ouve falar. Perpassando todo o discurso dos dirigentes, diretores e professores, e de modo implícito, direcionando quase todo o trabalho desenvolvido, estão as avaliações de larga escala, em especial o Saresp e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As questões relacionadas às avaliações externas, assim como os indicadores educacionais, são temas frequentes no âmbito da escola. Os professores recebem orientações sobre essas avaliações e sobre provas simuladas para preparar os alunos. “Não é uma formação para o professor, mas para o aluno, para o Saresp”, esclarece um professor.

Nós trabalhamos com pessoas; somente por números você acaba errando, porque o ser humano não é exato. O excesso de informações que precisam ser sistematizadas tornou-se um grande problema para os professores. O professor não está preparado para a gestão de dados; hoje é preciso conciliar o trabalho pedagógico com as evidências, o professor tem que se preocupar com a prática; para o que menos sobra tempo (preparar aulas) é que é o mais importante. [...] também o excesso de burocracia acaba minando o trabalho do bom profissional (professor).

Sobre a juventude, os dirigentes reconhecem que, embora a escola dê oportunidade para aprender, “ainda há mais a ser feito no atendimento e acolhimento aos alunos. O maior desafio é saber utilizar as características dos jovens a favor do trabalho pedagógico”. É recorrente a ideia de que a família do jovem não o escuta e que cabe à escola acolhê-lo. “A escola é o único espaço de socialização e convivência para a maioria desses alunos, mas ainda falta muito para podermos dizer que a escola atende os seus anseios”, diz um professor.

As Diretorias Regionais e as escolas dão grande incentivo e apoio à criação e manutenção dos grêmios escolares, realizando reuniões periódicas com os alunos. Consideram que os grêmios aproximam alunos e professores e dizem que “na escola onde tem grêmio, a interação é muito maior” (São Paulo, alto cargo de órgão regional).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que alguns fatores se destacam nas escolas pesquisadas, que certamente contribuem para o bom aproveitamento dos alunos. São eles listados abaixo e ilustrados por depoimentos.

1. Postura do gestor

Procuro ter um bom relacionamento com toda a equipe escolar e os alunos, propiciar relações menos formais no enfrentamento do cotidiano e eliminar a burocracia desnecessária (diretora).

A gente ganha pouco e a diretora não pode melhorar nosso salário. Mas pode oferecer condições humanas no ambiente, um ambiente agradável para o trabalho (professor).

2. Trabalho conjunto, envolvimento e compromisso

Aqui nós resolvemos tudo em conjunto; o trabalho em equipe realmente existe. O bom desempenho da escola é resultado de um trabalho constante, um trabalho diário, corpo a corpo, muito diálogo, equipe envolvida (diretora).

3. Aluno em primeiro lugar

Nós conhecemos cada aluno pessoalmente e cada um tem acolhimento diferenciado; as desigualdades de aprendizagem são tratadas com apoio rápido aos alunos que apresentam algumas dificuldades (professor).

Um dos segredos dos resultados alcançados pela escola é o número de alunos: não mais que 500. Sei o nome de cada aluno (diretora).

4. Aluno como protagonista

Os grêmios estudantis aproximam alunos e professores. Damos incentivo e apoio, com reuniões periódicas, buscando entender os jovens e até auxiliá-los na elaboração de um plano de ação (São Paulo, alto cargo de órgão regional).

5. Acolhimento, respeito e “ensino de verdade” como parte da cultura escolar

Toda a equipe escolar trata os alunos “como gente”, ouve e preocupa-se com eles, dá opiniões e conselhos; enfim, os alunos têm uma relação de diálogo e confiança com a equipe escolar (aluno).

Nós realizamos a chamada assim: chamamos cada aluno pelo nome e não pelo seu número, vamos de carteira em carteira, olhamos para cada um e perguntamos se está tudo bem. Os minutos “gastos” com essa forma de chamada são ganhos de proximidade afetiva com os jovens (professor).

Os professores nos dizem que precisamos ampliar nossos horizontes, que o mundo não é só o nosso município. Precisamos ficar antenados (aluno).

A gente não quer aluno “acertante”, a gente quer aluno pensante, que atue (professor).

6. Identificação dos professores com a escola e com a profissão

Nós estamos aqui por vocação, a gente não está professor, nós somos professores [...] Por que nesta escola os professores faltam pouco, muito menos que a média das outras escolas da Secretaria da Educação. Porque a gente gosta do que faz e gosta de quem está ao lado da gente (professor).

Nossa escola é um oásis em meio a tanta mediocridade. A gente se diverte muito aqui, porque não tem clima de terror. Um ajuda o outro. Quando um precisa do tempo da aula de outro, há trocas (professor).

Outros fatores observados que repercutem positivamente no trabalho da escola:

- Apoio e acompanhamento da equipe da Diretoria de Ensino.
- Estabilidade da equipe escolar (a baixa rotatividade possibilita continuidade de projetos e maior integração entre os profissionais).
- Gestor titular (e não designado), o que provoca maior envolvimento e compromisso com a escola; número pequeno de classes e de alunos por classe.
- Contato próximo da escola com a comunidade e os pais.

Apremissa básica declarada pela Secretaria de Educação de São Paulo é gestão para resultados com foco no aluno, que permeia todos os níveis, unidades de estrutura e relacionamentos com outras entidades. A política é “atender a todos”, de acordo com técnicos da Secretaria, e se concretiza por meio do Programa São Paulo Faz Escola. Subjaz a essa premissa a concepção de escola democrática, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, no 9.394/96). Entretanto, a política se resume, segundo o entendimento dos técnicos da SEE, na implantação do currículo unificado, por meio do Programa São Paulo Faz Escola. O currículo

foi elaborado por especialistas e imposto aos professores e às escolas. Ele é “cobrado” por meio do desempenho dos alunos no Saesp.

Fala-se e exercitam-se práticas democráticas nas escolas, mesmo que um pouco “engessadas”, de um currículo único e cobrado por meio de exames padronizados. No entanto, a burocracia insiste em dominar tanto as escolas como as Diretorias de Ensino e a própria Secretaria. Assim, para além da declaração de princípios, há que se olhar as orientações concretas do sistema que conduzem a gestão da escola.

A burocracia tem a ver com racionalização, com poder e controle. Quem está no topo da escala burocrática concentra o poder do sistema nas mãos e controla os demais. Colocar luzes na gestão escolar, com efeito, é uma iniciativa positiva da SEE-SP; entretanto, se transforma em um discurso sem sentido ao considerar os gestores escolares como meros reprodutores das políticas educacionais, entendendo-os como braços do controle burocrático na ponta.

Há, entretanto, uma qualidade dos líderes escolares que pode driblar o domínio da burocracia. Estamos falando de uma força de competência, que legitima sua liderança, mais que o simples exercício rotineiro da função gestora. O grande segredo parece ser o equilíbrio entre a burocracia e a democracia (CARVALHO, 2008). Foi isso que observamos nas escolas visitadas: o gestor ultrapassa sua função instrumental e produz um efeito significativo sobre a cultura e os valores da comunidade escolar.

No entanto, embora a liderança tenha importante papel na construção de uma boa escola, é arbitrário atribuí-la somente à equipe gestora. Tal construção depende de um conjunto de fatores internos e externos à escola, e não significa simplesmente alta performance dos alunos em avaliações externas. Conforme Lahire (2004), é preciso fugir de explicações simplistas. Não há como eleger fatores explicativos isolados do seu contexto; é preciso analisar a interdependência de elementos que configuram realidades singulares.

Nesta pesquisa chamou a atenção não somente o bom desempenho dos estudantes de escolas situadas em territórios vulneráveis nas avaliações externas, nem a maior ou menor proximidade com as famílias, mas sim o processo de trabalho e o clima de empenho na valorização dos alunos e dos estudos, a noção de pertencimento à escola, o fato de as escolas serem referência para os alunos e um dos poucos espaços comunitários de socialização.

A pesquisa nos levou a encontrar boas escolas, não necessariamente destacadas em rankings estaduais ou nacionais, avaliações externas, indicadores e afins. Encontramos escolas onde as equipes são unidas em torno do objetivo de atender os alunos o melhor possível, dentro das condições postas; equipes comprometidas com a educação, o ensino, a formação de valores e a construção do futuro.

De acordo com Spósito (2005), é ponto de consenso entre os jovens reconhecer a escola como fundamental para o futuro, o que não lhes retira o desinteresse, a ausência de motivação e a prevalência na obrigatoriedade rotineira do presente.

Como conclusão, ressaltamos que as escolas investigadas apresentam melhor Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) que a maioria das escolas do Sistema Estadual em condições semelhantes, mas ainda muito aquém do idealizado pelos governantes, e não se destacam em rankings nacionais de avaliações externas. Contudo, o grande “achado” nesta pesquisa feita em São Paulo foi encontrar escolas onde, apesar de condições adversas, não há evasão, o aproveitamento nas avaliações internas é muito bom, os alunos são felizes, criativos e projetam seu futuro com grande envolvimento dos professores e gestores, e também com apoio de suas famílias.

Secondary education, vocational education, and socio-spatial inequalities in the state of São Paulo

Abstract: This article presents a summary of the findings concerning the state of São Paulo in the study *Ensino médio, qualidade e equidade: avanços e desafios em quatro estados: Ceará, Goiás, Pernambuco and São Paulo* [Secondary Education, Quality and Equality: Advances and Challenges in Four States: Ceará, Goiás, Pernambuco and São Paulo]. The text focuses on the following problematics: Are there any secondary schools which, despite being situated in areas of high social and economic vulnerability, have achieved good performance levels? The study found factors that contribute to students' learning in the schools investigated, such as: a good relationship between management, the school team and students; teamwork; opportunities for youth-led initiatives in the schools; school team's stability; and the support of the principals.

Keywords: Secondary education. Educational policies. São Paulo.

Enseñanza media, formación profesional y desigualdades socioespaciales en el estado de São Paulo

Resumen: Este artículo presenta un resumen de los hallazgos relativos al estado de São Paulo obtenidos en la investigación Enseñanza media, calidad y equidad: avances y desafíos en cuatro estados: Ceará, Goiás, Pernambuco y Sao Paulo. El texto está pautado por la siguiente problemática: ¿hay escuelas de enseñanza media que, aunque estén situadas en territorios de alta vulnerabilidad social y económica, logran buenos resultados? La investigación constató factores que contribuyen al buen aprovechamiento de los alumnos en las escuelas contempladas, como la buena relación de los gestores con el equipo escolar y con los alumnos; el trabajo en equipo; los espacios para el protagonismo juvenil en la escuela; la estabilidad del equipo escolar; y el apoyo del equipo de la Dirección de Enseñanza.

Palabras clave: Enseñanza media. Políticas educacionales. São Paulo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

CARVALHO, A. B. A democracia como um valor e a burocracia como realidade: uma leitura a partir de Max Weber. In: GUIMARÃES, C. M.; RIBEIRO, A. I. M. (Org.). Gestão educacional: questões contemporâneas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

CENSO 2010. População brasileira. UOL Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao/sp>>. Acesso em: 23 maio 2016.

GROSBAUM, M. W.; FALSARELLA, A. M. Relatório de pesquisa: ensino médio, educação profissional e desigualdades socioespaciais: avanços e desafios. Polo São Paulo – 1a etapa. São Paulo: Cenpec, set. 2015.

_____; _____. Relatório de pesquisa: ensino médio, educação profissional e desigualdades socioespaciais: avanços e desafios. Polo São Paulo. São Paulo: Cenpec: jan. 2016.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004. p. 17-47.

PERIARD, G. Avaliação 360 graus – O que é e como funciona. Publicado em 15 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/avaliacao-360-graus-o-que-e-e-como-funciona/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

POLINI, T. No Brasil, cerca de 1,7 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos está fora da escola. Portal G1, 11 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/03/cerca-de-17-milhao-de-jovens-estao-fora-da-escola-no-brasil-diz-unicef.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Educação. A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno. São Paulo: SEE, 2011.

_____. Secretaria Estadual de Educação. Programa Educação – Compromisso

de São Paulo. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

_____. Secretaria Estadual de Educação. Programa São Paulo Faz Escola – unificação do currículo escolar. 2011. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. Secretaria Estadual de Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo – Ensino Fundamental Ciclo II e para o Ensino Médio. Disponível em:

<http://www.rizomas.net/images/stories/artigos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

_____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, versão 2010. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/analises_estudos/indice-paulista-de-vulnerabilidade-social-ipvs-versao-2010/>. Acesso em: 23 maio 2016.

SPÓSITO, M. P. Algumas reflexões e indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

Sobre as autoras:

Marta Wolak Grosbaum é pedagoga e diretora da Ideias Educação e Cultura.

E-mail: mgrosbaum@gmail.com

Ana Maria Falsarella é doutora em Educação. Atua como professora do Mestrado em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação na Universidade de Araraquara.

E-mail: anafalsarella@gmail.com

Recebido em: março de 2016

Aprovado em: maio de 2016